

MUNDORAMA

VOLUME 3

JANEIRO - DEZEMBRO

2009

OS TEMAS DA NOSSA AGENDA

OPINIÃO & CONJUNTURA

Américas, Europa, Ásia e África,
Economia, Política & Segurança
Internacional, Política Externa
Brasileira, Estado da Arte...

SERVIÇO

EVENTOS & BIBLIOTECA

Seleções de pós-graduação, cursos,
seminários, workshops e ofertas de bolsas de
estudos no exterior na área de RI - Revista
Brasileira de Política Internacional,
Meridiano 47, séries documentais...



CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO
LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

www.mundorama.net

Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Table of Contents

Evento - Americas Model United Nations 2009 - UnB	1
Evento - XVI Fórum Brasil-Europa	2
Evento - Revista Contexto Internacional - Campanha de Assinaturas	3
Battisti: asilo ou refúgio, por Márcio Pinto Garcia	4
O Governo Obama e a Questão Energética: Da Crise Financeira ao Etanol, por José Alexandre Alahyde Hage	5
Evento - Seminário “A Estratégia Internacional do Brasil - Investimentos, Serviços e Inovação na Agenda Externa”	6
A França na encruzilhada das reformas, por Cláudio César Dutra de Souza	7
A crise interna do México e a Gripe Suína, por Pedro dos Santos de Borba	8
Os Primeiros 100 dias de governo inclusivo no Zimbábue, por Xaman Korai Pinheiro Minillo ...	9
Resenha de “Russia Since 1980”, de Steven Rosefield & Stefan Hedlund, por Alessandra Aparecida Luque	10
A política externa e os representantes do povo, por José Flávio Sombra Saraiva	11
Estados Unidos: primeiras impressões da gestão de Obama, por Virgílio Arraes	12
Relacionando o G-20 à governança global e à ordem mundial, por Heitor Figueiredo Sobral Torres	13
Brasil no G-20: diálogo entre agentes e estruturas na construção de uma potência emergente, por Izadora Xavier do Monte	14
Gripe Suína: Saúde em destaque, por Heloíza Feltrin Bandeira & Victor de Oliveira Leite	17
O Irã e sua Inserção Internacional, por Pio Penna Filho	18
Emergência Complexa no Sri Lanka: possibilidade de resolução ou perpetuação da violência?, por Adalgisa Bozi Soares	19
Um novo foco para a guerra contra o terrorismo?, por Diogo Mamoru Ide	20
Evento - XVI Fórum Brasil-Europa	21
Evento - Seminário “30 anos do parlamento Europeu (1979-2009)” - CEAM-UnB	22
Evento - O Brasil diante do Pré-Sal - Câmara dos Deputados	23
Evento - Prêmio América do Sul 2009 - FUNAG-MRE	24
Evento - Mesa Redonda “A nova política externa dos EUA e seus desdobramentos para a América do Sul” - GAPCON-UnB	25
Chegada de Zuma ao poder: mudanças estruturais ou transformações simbólicas?, por Wilson Tadashi Muraki Junior & Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva	26
Sri Lanka: A guerra acabou, e agora?, por Izabela Pereira	27
Boletim Meridiano 47 - No. 106 - Maio/2009	28
Boletim Mundorama No. 21 - Maio/2009	29

Evento - Americas Model United Nations 2009 - UnB

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

As inscrições para o Americas Models United Nations (AMUN), o mais tradicional evento de simulação das nações unidas da América do Sul estarão disponíveis a partir do dia 15 de maio. Este ano em sua 12ª edição, o AMUN acontecerá entre os dias 13 e 17 de julho nas instalações do Instituto Rio Branco, a escola de formação de diplomatas operada pelo Ministério de Relações Exteriores, localizada em Brasília. O tema e os comitês desta edição do AMUN pautam-se na promoção da diversidade cultural e na construção de uma identidade global. Mais informações sobre o tema do AMUN e as instruções para o processo de inscrição podem ser acessadas [aqui](#).

Evento - XVI Fórum Brasil-Europa

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) organiza o Fórum Brasil-Europa com o propósito de promover o diálogo e aprofundar as relações entre a União Europeia e seus parceiros o que é uma das prioridades do trabalho de cooperação internacional da Fundação. O evento acontecerá nos dias 16 e 17/06, no Senado Federal, Congresso Nacional, Brasília

O Fórum Brasil-Europa é um evento anual voltado a um tópico específico e idealizado com o objetivo de prover informações sobre o processo de integração europeu e o desenvolvimento institucional da União Europeia. Dessa maneira, busca-se discutir temas bilaterais e sobre o tema da integração, além de fortalecer a parceria entre a UE, o Brasil e o Mercosul.

Como é indicado pelo desenvolvimento das relações entre Brasil e UE, a agenda de diálogo se expandiu, abrangendo temas como imigração, desafios ambientais, disputas comerciais, intercâmbios acadêmicos e culturais, entre outros. Estas diferentes questões são de importância significativa em virtude de seu alto potencial e das oportunidades promissoras geradas para ambas as partes.

As eleições no Parlamento Europeu afetarão de diferentes formas o processo e as estratégias de formulação das políticas da União Europeia. Indo além, poderão alterar a postura da União no cenário internacional, criando oportunidades e novos desafios para a integração com seus parceiros, entre eles o Brasil. A presidência sueca, de maneira semelhante, terá um importante impacto nas relações bilaterais, trazendo novos temas e parâmetros para os futuros diálogos.

Neste ano, o XVI Fórum Brasil-Europa será organizado em parceria com o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia no Congresso Nacional e com o renomado Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). O evento também conta com o apoio da Delegação da Comissão Europeia no Brasil.

Veja [aqui](#) o Programa do evento.

Evento - Revista Contexto Internacional - Campanha de Assinaturas

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

CONTEXTO INTERNACIONAL é uma publicação quadrimestral do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. Seu propósito é promover e divulgar o debate sobre política internacional.

Para assinar ou renovar CONTEXTO INTERNACIONAL, envie os dados indicados abaixo para o e-mail npp@puc-rio.br e aguarde o recebimento do seu boleto bancário via e-mail.

1. Dados do assinante residente no Brasil -(pagamento via boleto bancário).
 - 1.1 Razão Social ou Nome da Pessoa Física
 - 1.2 CNPJ ou CPF
 - 1.3 endereço para faturamento
 - 1.4 endereço para entrega
 - 1.5 telefones e e-mails de contato

2. Valores Assinatura 2009 (vol. 31, nº.1,nº.2 e nº. 3)- Brasil
 - 2.1 Pessoa Física: R\$ 115,00
 - 2.2 Pessoa Jurídica: R\$ 145,00
 - 2.3 Alunos do IRI/PUC-Rio (desconto para graduação e pós-graduação, é necessário informar o número de matrícula): R\$ 70,00

A distribuição dos exemplares de 2009, referentes ao volume 31, números 1, 2 e 3, está prevista para os meses de abril, agosto e dezembro.

Para outras informações, entrar em contato com a secretaria de CONTEXTO INTERNACIONAL por e-mail npp@puc-rio.br ou telefone (21) 3527-1559.

Contexto Internacional

Instituto de Relações Internacionais - IRI/PUC-Rio R. Marquês de São Vicente, 225 - Vila Direitórios, Casa 20 Gávea Rio de Janeiro - RJ - 22451-900 - Brasil

Telefax: +55 21 3527-1559 / 1560

npp@puc-rio.br

<http://www.puc-rio.br/iri>

<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/>

<http://www.scielo.br/cint>

Battisti: asilo ou refúgio, por Márcio Pinto Garcia

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Da “Questão Battisti”, subsiste tema técnico-jurídico ainda não devidamente esclarecido: cuida-se da distinção entre asilo e refúgio. Os equívocos se repetem e são produzidos por juristas e leigos, de boa ou de má-fé. Como nos lembrava o Prof. Moreira Alves, em Direito precisão conceitual é indispensável. Este artigo visa, assim, ajudar no esclarecimento do significado dos conceitos indicando suas distinções. A precisão é importante considerando que estamos na antevéspera de importante julgamento pelo Supremo Tribunal Federal envolvendo, de tal ou qual maneira, o assunto.

O “asilo” tem origem em tempos recuados. Trata-se de herança benemérita de civilizações antigas. A origem da palavra delimita seus contornos históricos: o termo asilo, do grego “ásilon” e do latim “asylum”, significa templo, lugar inviolável, refúgio (no sentido dicionarizado de lugar para onde se foge visando escapar de perigo). Para nós do Ocidente, ele surge na Grécia, passa por Roma e se consolida na Europa medieval. O tempo cuidou de traçar suas características. Desse modo, parece correto sugerir que o asilo é hoje instituto humanitário que visa dar acolhimento a estrangeiro perseguido por dissidência de opinião política. Daí parcela da literatura utilizar a expressão “asilo político”. Ela, entretanto, representa pleonasma, já que todo asilo é político.

Somente a divergência de opinião, contudo, não é suficiente para a outorga da condição de asilado. Há que convergir para a decisão o chamado estado de urgência. De outra forma, deve haver perseguição e ela tem que ser atual. Além disso, a matéria é estranha ao domínio da criminalidade comum. Os pressupostos são, assim, a natureza política do delito e a perseguição iminente. Por motivos compreensíveis — o tirano do momento poderia invocar o cometimento de crime comum —, a qualificação tanto do delito quanto da urgência ficam a cargo do Estado asilante. E nesse exercício, ele goza de ampla discricionariedade para conceder ou não a proteção almejada. O asilo é, portanto, forma de proteção dos direitos da pessoa humana, naquelas circunstâncias em que o Estado local, por conta de perturbações de distinta ordem, não pode ou não deseja assegurar esses direitos. [\(mais...\)](#)

O Governo Obama e a Questão Energética: Da Crise Financeira ao Etanol, por José Alexandre Altahyde Hage

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Os contatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva com Washington, para dialogar com Barack Obama sobre a crise financeira que assola o sistema econômico internacional, desde setembro de 2008, têm o objetivo de contribuir para que se encontrem meios para sair da turbulência. Sem dúvida, algo que interessa profundamente ao Brasil e, não menos, à nova administração da Casa Branca, visto que a economia de massa, razão de ser da ordem de mercado (e do pleno emprego), depende amplamente de crédito irrestrito para todas as camadas sociais.

Embora o governo brasileiro possa se arrogar de ter construído medidas que ajudam o Estado a resistir à crise financeira, por exemplo, as formas de coordenação bancária que permitem maior participação do Banco Central no cotidiano do mercado financeiro, não há dúvidas de que o pronto restabelecimento da economia internacional, ao menos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, daria grande impulso à elevação industrial e da economia brasileira.

Isto porque os Estados Unidos perderam por volta de 10% de sua riqueza em virtude de solvências bancárias. Situação que já havia feito com que o ex-presidente George W. Bush aplicasse mais de US\$ 600 bilhões para consertar o sistema financeiro sobre o qual o país havia apostado sua nova projeção de poder em companhia do Reino Unido, de Margaret Thatcher a Gordon Brown. Os Estados Unidos e o Reino Unido preferiram deixar a produção, o aspecto físico da economia, em segundo plano, para privilegiar um setor que envolve alta tecnologia da informação e da comunicação, fornecendo facilidades bancárias e crédito a quase todos os Estados. ([mais...](#))

Evento - Seminário “A Estratégia Internacional do Brasil - Investimentos, Serviços e Inovação na Agenda Externa”

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e a Prospectiva Consultoria, com o patrocínio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da Fundação Konrad Adenauer (KAS), realizarão o seminário “A Estratégia Internacional do Brasil - Investimentos, Serviços e Inovação na Agenda Externa”.

A abertura da economia brasileira teve impactos significativos nas políticas públicas e estratégias empresariais. Os resultados disso já são verificados em diversos aspectos, como no surgimento e expansão das multinacionais brasileiras, na entrada de novos setores na pauta de exportação do país, a exemplo da área de Tecnologia da Informação, e nas medidas para promoção da inovação, que buscam aumentar a competitividade internacional do país.

Essas e outras questões que influenciam a estratégia internacional do Brasil e das empresas brasileiras serão discutidas no seminário por representantes do Governo, de empresas brasileiras multinacionais e de órgãos de promoção da inovação. Dentre os palestrantes confirmados estão Alexander Triebnigg, Presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica; Horácio Forjaz, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da Embraer; Laércio Cosentino, Presidente da TOTVS, Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Presidente da FINEP, Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República e Reginaldo Arcuri, Presidente da ABDI.

Local: Sede do Centro Brasileiro Britânico, Rua Ferreira de Araújo, 741 - Pinheiros - São Paulo

Horário: 8:30h às 17:00h

INSCRIÇÕES: envie nome, empresa, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail para eventos@cebri.org.br

INFORMAÇÕES: (21) 2219-4469 / 4462

A França na encruzilhada das reformas, por Cláudio César Dutra de Souza

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Em *O Crepúsculo dos ídolos ou a Filosofia a Golpes de Martelo*, Nietzsche indagava: Um asno pode ser trágico? Perecer sob um fardo que não se pode nem carregar nem rejeitar?

No ano da França no Brasil, essa reflexão nos convida a pensar sobre o momento delicado que o país de Montesquieu, Zola e Foucault atravessa neste momento. Os planos de reformas propostos pelo governo Sarkozy sofrem uma oposição social de tamanha envergadura que alguns já ousam compará-la com o mítico maio de 1968. Em fevereiro deste ano, praticamente todas as universidades do país entraram em greve. O ponto nodal de desentendimento repousa na proposta da Ministra do Ensino Superior e Pesquisa, Valerie Pécresse, de mudar o estatuto do professor pesquisador a fim de adequar a produção acadêmica francesa aos rígidos padrões estabelecidos pelos grandes periódicos internacionais (na sua maioria norteamericanos). O Presidente Sarkozy lamenta que um pesquisador francês publique, em média, de 30% a 50% menos que seus colegas britânicos em diversas áreas. O projeto de reforma universitária, de acordo com o movimento grevista, fere a lei de autonomia das universidades, fazendo com que os professores sejam avaliados (e penalizados) pela sua produção acadêmica. Igualmente, os intelectuais franceses denunciam a formatação do pensamento como pré-requisito para a publicação nesses periódicos. A reforma universitária é apenas um dos pontos polêmicos do governo Sarkozy. Algumas propostas de privatização de estatais, caso dos correios e dos hospitais, por exemplo, provocaram desde o início deste ano duas grandes greves gerais em todo o país. [\(mais...\)](#)

A crise interna do México e a Gripe Suína, por Pedro dos Santos de Borba

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Recentemente, o México tem ganhado as manchetes da mídia internacional com a epidemia de gripe suína que assola o país, já ultrapassando os dois mil casos de infecção e algumas dezenas de mortos. A crise de saúde pública mexicana já chega à beira do ridículo à medida que hotéis e empresas aéreas oferecem descontos fabulosos para tentar compensar os corajosos turistas que se arrisquem a contrair a doença. No entanto, esse problema sanitário, por mais propagandeado que possa ser, vem somente aprofundar os problemas estruturais da sociedade mexicana, que é palco de uma guerra civil relacionada ao narcotráfico e está sofrendo radicalmente os efeitos da crise econômica e da liberalização comercial desenfreada da década de 1990.

O grau e a natureza da violência desencadeada atualmente no México precisam ser compreendidos por sua construção histórica, que remete-nos ao fortalecimento dos cartéis mexicanos (principalmente a partir da década de 80) e à ascensão de um regime de segurança nacional, baseado na militarização do combate a esse cartéis (com a vitória de Felipe Calderón nas eleições de 2006). A consolidação de organizações criminosas de grande porte no México se deu pela combinação de três tendências associadas: primeiro, o aumento considerável no consumo norte-americano de cocaína, dos anos 70 diante; segundo, a relativa perda de importância do narco-corredor caribenho (controlado por organizações colombianas), graças a operações anti-narcóticos orquestradas pelos Estados Unidos; terceiro, o fortalecimento das narco-rotas do Pacífico foi acompanhado por um fortalecimento dos grupos mexicanos e de uma alteração na relação com seus homólogos colombianos: ao invés de serem remunerados, os mexicanos passaram a reter uma parcela em espécie da droga transacionada. A partir disso, recrudesceram no México as linhas de transporte e distribuição através da fronteira, envolvendo um maior contingente de pessoal e ampliando o escopo geográfico e social de penetração dos cartéis. [\(mais...\)](#)

Os Primeiros 100 dias de governo inclusivo no Zimbábue, por Xaman Korai Pinheiro Minillo

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

No dia 15 de setembro de 2008, o MDC (Movimento para Mudança Democrática) e o ZANU-PF (União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Popular) assinaram o Acordo Político Global (GPA), arranjo que deveria estabelecer um governo de união entre os partidos. Houve muitas reuniões promovidas pela SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), mas devido a impasses nas discussões, somente no dia 11 de fevereiro deste ano o governo de inclusão foi estabelecido. Morgan Tsvangirai, presidente do MDC, se tornou Primeiro Ministro, Thokozani Khupe (MDC) e Arthur Mutambara do MDC-A - uma facção do MDC que se separou da de Tsvangirai por acreditar que o partido deveria participar das eleições parlamentares em 2005 - se tornaram vice Primeiros Ministros.

O cenário do Zimbábue antes destes acontecimentos fora extremamente pessimista: Robert Mugabe esteve agarrado ao poder desde o estabelecimento do Zimbábue como Estado independente, façanha para cuja realização utilizou eleições fraudulentas e violência de milícias de seu partido, o ZANU-PF, contra a população que apoiava a oposição, o que demonstra o grau de enfermidade das instituições sociais e da democracia do país. A economia também enfrentou sérios problemas, tendo chegado, em outubro de 2008, a inflação mensal de 79.600.000.000% (Steve H. Hanke, do Cato Institute elaborou um índice dos últimos anos), sendo o primeiro país a sofrer de hiperinflação no século XXI. ([mais...](#))

Resenha de “Russia Since 1980”, de Steven Rosefield & Stefan Hedlund, por Alessandra Aparecida Luque

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

A Rússia hoje se apresenta como uma nação fortalecida no condomínio geopolítico mundial. Com aspirações hegemônicas regionais (o “Exterior Próximo”), estabelecimento de relações com Grandes Potências como os Estados Unidos da América (cujo relacionamento é baseado numa alternância de fases- aproximação/distanciamento ou cooperação/conflito) e com potências emergentes como o Brasil, China e Índia, a nação eurásiana redesenha, a despeito de sua assertividade renovada, um novo caminho no cenário global, ainda que com impasses e dissonâncias em sua retórica interna/externa. Remontar ao passado da Federação e projetar seus passos futuros é testemunhar um percurso interessante de uma nação que se desperta, pós uma série de momentos intempestivos, a um cenário em transformação. Entender essa dinâmica dentro de um espaço brasileiro torna-se um desafio para alguns analistas, principalmente pela carência de bibliografia e autores engajados com a temática no país.

Conforme sugestão do próprio título- Russia since 1980- os autores Stefan Hedlund e Steven Rosefield- estendem aos leitores o convite a uma viagem por quase 30 anos de história russa, perpassando por acontecimentos ímpares como as reformas de Leonild Brezhnev e posteriormente de Gorbachev, mudanças que repercutiram na eclosão da União Soviética (URSS) e a política de mercado de Yeltsin (primeiro presidente da Rússia pós Império). Adicionalmente, o livro traz ao leitor debates e discussões acerca de uma possível democratização ou a permanência de um autoritarismo latente na Rússia, adentrando a era Vladimir Putin. Tal era promove a reinserção e fortalecimento do Estado depois da crise do fim da Guerra Fria e a adesão a um modelo dito ocidental de economia e política, bem como a projeção de uma nova postura no contexto global. As complexidades e contradições de Putin são examinadas, assim como a eleição de seu aliado Dmitri Medvedev que surge às sombras do seu antecessor. ([mais...](#))

A política externa e os representantes do povo, por José Flávio Sombra Saraiva

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Colhe o Brasil, após esforço contínuo dilatado no tempo, o que plantou no esforço da construção de sua inserção internacional. Há dois séculos formularam-se os pilares da política externa. Teve o país inteligência de longo prazo e cálculo de oportunidade no mundo difuso da transição da hegemonia britânica para o século americano. Engendrou concepções, conceitos e teoria própria no século XIX, de José Bonifácio ao Visconde do Rio Branco. Buscou autonomia decisória no século XX. As elites se interessaram, por meio de calorosos embates parlamentares e discussão de opções externas, pelo destino do Brasil.

O país emergiu, de Vargas aos militares, como ator responsável e previsível nas ações externas do Estado. A mudança de regime político não alterou o pragmatismo externo, mas o aperfeiçoou. Os choques de visões foram expostos na democracia. Setores políticos de diferentes matizes participaram de grandes debates em torno dos modelos de inserção internacional do país, entre o associativismo liberal e o nacional-desenvolvimentista. ([mais...](#))

Estados Unidos: primeiras impressões da gestão de Obama, por Virgílio Arraes

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Ao ser empossado em janeiro, Barack Obama assumiu perante o eleitorado de seu país o compromisso moral de recuperar o prestígio dos Estados Unidos no mundo. Tradicionalmente, a primeira avaliação da gestão de um governante norte-americano ocorre após os cem primeiros dias, considerados como sendo a lua-de-mel política entre o eleito e a população de um modo geral.

Essas primeiras semanas estima-se também serem o tempo necessário para que o presidente e seus principais assessores inteirem-se do funcionamento da estrutura burocrática e passem a organizá-la de acordo com as suas prioridades administrativas. Esta tarefa é mais melindrosa na área da política externa e principalmente na da defesa, ampliada do ponto de vista funcional com o estabelecimento do Departamento de Segurança Interior - Homeland Security - após o atentado de setembro de 2001.

No transcorrer da gestão de Bush Jr., houve choques constantes entre os desígnios do gabinete de seu vice, Richard Cheney, e os da burocracia vinculada à coleta e análise de informação sensível, principalmente no tocante à comprovação da posse de armas de destruição em massa pela ditadura de Saddam Hussein em 2002. ([mais...](#))

Relacionando o G-20 à governança global e à ordem mundial, por Heitor Figueiredo Sobral Torres

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009


Após um desenvolvimento inicial centrado nos Estados Unidos, afetando os bancos de investimento e o mercado imobiliário locais, a presente crise financeira se alastrou rapidamente para a Europa. A combinação do forte vínculo com a economia norte-americana a taxas de crescimento que vinham sendo discretas desfavoreceu os europeus e gerou consequências ao restante dos países. O leste europeu saiu prejudicado por sua dependência do capital externo para investimentos. Os grandes emergentes têm encontrado dificuldades em manter um bom nível de crescimento com um mercado externo reduzido. Em suma, houve uma generalização da crise ainda no ano passado.

O primeiro encontro de cúpula do Grupo dos Vinte ocorreu já no dia quinze de novembro, com o objetivo de integrar as economias externas ao Grupo dos Oito na discussão e no combate à crise. Desde então, o G-20, inicialmente desenhado para constituir mais uma instância ministerial e de caráter técnico, evoluiu da condição de foro das finanças internacionais para o arranjo de combate à crise por excelência. Dotado de maior legitimidade que o G-8 e reunindo praticamente noventa por cento da economia mundial, motivou, mesmo em intervalo curto, a configuração de um novo encontro entre chefes de Estado, já em abril deste ano. Entre os principais efeitos desta última reunião se pode destacar a injeção gradual de cerca de um trilhão de dólares para a recuperação da economia mundial e as propostas de reforma do FMI e do Banco Mundial. ([mais...](#))

Brasil no G-20: diálogo entre agentes e estruturas na construção de uma potência emergente, por Izadora Xavier do Monte

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

O G-20, criado em consequência da crise financeira do final da década de noventa, tinha, até ano passado, papel secundário em relação ao G-7 - o foro de reunião das principais economias do planeta concentrava atenções e os principais debates. Ele teria se tornado instância primária de discussão sobre medidas para superar a crise recente do sistema financeiro por ser mais representativo, capaz de produzir consenso mais poderoso. A própria característica da crise, originada no centro da economia mundial e afetando esse centro com mais força, em comparação às economias de países de desenvolvimento mediano, como Brasil, Índia e China, poderia responder por esse deslocamento de foro. Análises tem apontado a crise como janela de oportunidade para países em desenvolvimento, importantes vozes no G-20. Mais que isso, especulações tendem para uma identificação da mudança de foro com mudança nas próprias estruturas do sistema e seu eixo econômico.

Refletir sobre a inserção ou identidade internacional brasileira nesse contexto produz *insights* úteis. Partindo da reflexão pós-positivista, o relacionamento dos Estados além de reflexos de capacidades materiais e interesses pré-determinados, é produto da construção de normas, das formas sociais de relacionamento interestatal.  SHEPHERD (2008) analisa instituições e regimes como espaços discursivos: atores políticos são sujeitos contingentes, discursivamente constituídos. A posição de um ator no sistema, na relação com outros Estados, não é um objeto fixo - sua identidade não é anterior ao relacionamento com outros atores, nem exterior a esse relacionamento, nem imutável, nem resultado necessário e inquestionável dos componentes materiais.

A análise de identidades, uma vez que essas não são pré-determinadas, mas construídas na relação com outros agentes e dos agentes com as estruturas, depende da observação das práticas que as constituem. Agência não é atributo, é posição do sujeito. Estruturas permitem a fixação temporária de significados e de identidades para os agentes. Instituições, como práticas discursivas da política internacional, permitem certos comportamentos, fixam significados para relações entre agentes, prescrevendo comportamentos e emoldurando identidades e possibilidades de discussão e ação.

O que isso significa no caso da participação brasileira na cúpula do G-20 em Londres?

Mudanças nas estruturas internacionais não dependem apenas do significado material da crise. A mudança na distribuição do poder econômico no mundo é insuficiente para pensar a reorganização das práticas e normas. O G-20 como espaço discursivo, considerando o acumulado histórico da diplomacia brasileira, posiciona o Brasil de maneira privilegiada, atribuindo agência ao país de forma que, em outros momentos históricos, não foi possível. Essas são vantagens que a crise oferece.

O multilateralismo normativo e a defesa de reforma da ordem internacional, em favor de instituições mais justas, favoráveis ao desenvolvimento, são discursos que nos privilegiam na escolha do G-20 para iniciar projeto de reforma das estruturas financeiras internacionais. O G-20, no entanto, é um foro informal, cujo poder de produção de normas e comportamentos é limitado. A possibilidade de materialização, em práticas e políticas, das normas que emanam do nosso discurso é dependente do impacto de decisões do G-20 sobre organismos como FMI e Banco Mundial. Nesse ponto, dois desafios se apresentam.

Antes, uma ressalva. Enfatizar a dimensão discursiva-identitária das estruturas internacionais *não* é dizer que instituições são *wishful thinking*. Não é o discurso brasileiro pelo multilateralismo como melhor forma de organizar o sistema ou em defesa de uma ordem justa que transformam o multilateral numa prática

automática e trazem justiça à ordem. Estruturas, discursos e identidades são *realidades políticas*.

São realidades porque tem, sobre objetos concretos, com os quais lidam diplomatas, políticos, empresários e analistas de relações internacionais, impacto palpável. Políticas porque históricas, na medida em que são dependentes de ideias, normas e práticas constituídas no passado e que limitam suas possibilidades presentes. Também porque são passíveis de transformação, não-necessárias: dependem da ação prática e discursiva dos atores para existirem, ou virem a existir.

O primeiro desafio, logo, relaciona-se à institucionalização das medidas discutidas pelo G-20 em relação ao FMI. Uma das principais decisões, comunicada ao fim da reunião, foi o aumento dos seus recursos em 500 bilhões de dólares. China prometeu 40 bilhões; Índia, 11 bilhões e o Brasil, 4,5 bilhões. Em troca da oferta de fundos, espera-se a aceleração da mudança no regime de cotas que define poderes de voto. Maior participação das economias emergentes nas Linhas de Crédito Flexíveis – empréstimos com menos condicionalidades, como o acordado recentemente com o México – seria outra tendência a ser consolidada.

Para que se consolidem essas tendências, é preciso mais que mudanças materiais na economia global. É preciso um esforço político da *situação de agência* dos emergentes para mudanças institucionais. Estruturas normativas, porque não são *wishful thinking*, não são simples telas em branco nas quais agentes adicionam seus interesses. A relação é complexa e a modificação requer medidas de concertação e construção de consenso político. O resultado final, contudo, é sentido em práticas concretas. O Brasil não deve se fiar apenas nas análises positivas sobre seu peso crescente na economia global. Ação em conjunto com outros emergentes e pressão sobre as estruturas são necessárias para que contexto favorável se cristalice em instituições que fixem uma identidade positiva para o Brasil. A partir daí podemos imaginar a tradução da situação material favorável em ganhos em ditar normas e regras do sistema.

Acompanha essa reflexão o segundo desafio para a inserção internacional brasileira na conjuntura. Interpretações sobre o Brasil no G-20 mostram um quê de otimismo sobre a nossa ascensão na hierarquia do sistema. Se as estruturas do sistema abrem espaço discursivo para o Brasil como ator capaz de participar na definição de normas e regimes, devemos refletir sobre os efeitos da agência atribuída. Frente ao nosso acumulado histórico, surge a pergunta de que tipo de instituição adequará o discurso diplomático brasileiro, quais são os possíveis resultados da interação co-constitutiva entre identidade internacional brasileira e regras do sistema internacional. Historicamente, a diplomacia brasileira tem criticado as estruturas pelas vozes que ela exclui e pelas hierarquias que reproduz.

Uma revitalização do FMI teria que superar a má imagem que tem dele economias emergentes e desenvolvidas – as primeiras, vêem-no com apreensão; as segundas, são pouco receptivas às críticas que ele oferece. Emergentes guardam esse sentimento de apreensão enquanto não se acham suficientemente representadas no órgão. Países ricos, ao controlarem o Fundo, não o olham com seriedade; a própria instituição, considerando quem a financia, hesita em criticar as grandes economias. Outra mudança que traria impactos expressivos na lógica da instituição seria a modificação do método de indicação do diretor do Fundo, monopólio europeu. O aumento de legitimidade e representatividade que é parte do discurso brasileiro poderia ajudar o redesenho do Fundo, não apenas como prestador de última instância em situações de crise, mas também como monitor do sistema financeiro global, seguro contra novas rupturas.

O Banco Mundial não recebeu promessa de mais fundos como o FMI. Apesar de não correr o risco de ficar sem nenhum financiamento, países com baixos índices de desenvolvimento relativo esperavam mais atenção para os recursos oferecidos ao Banco. A quantidade de fundos da IDA – International Development Association –, que empresta a juros zero para os países mais pobres do mundo, não foi mencionada nas discussões do G-20. O aumento dos fundos para a IDA é essencial na assistência aos LDC (*least developed countries*), gravemente impactados pela diminuição do comércio e pela alta nos níveis de desemprego.

Em 2009, 55 a 90 milhões de pessoas podem ser reduzidas à condição de extrema pobreza, segundo a Oxfam Internacional. Em adição aos 130-155 milhões que já teriam sofrido os impactos da alta nos preços

de comida e combustível. O presidente do Banco Central, Robert Zoellick, já se pronunciou pedindo que os países desenvolvidos reservem 0,7% dos seus pacotes de estímulo para manterem os fluxos para as pequenas economias do mundo. O G-20, em seu comunicado final, ratificou o plano de Zoellick, mas não designou nenhum fundo com essa finalidade. Distantes do epicentro da crise, países que apresentam ambiente macroeconômico instável, que dependem da exportação de produtos com termos de troca adversos e do comércio com economias centrais sofrem, mas somem diante do foco na culpa das economias centrais pela desregulação do sistema e na ascensão dos emergentes.

Por causa das condicionalidades impostas pelo BM a eles, superar a crise será ainda mais difícil. São essas condicionalidades as principais responsáveis por esses países não terem desenvolvido sistemas financeiros nacionais, independentes de poupanças externas. A crise enterra a ideia que o fortalecimento de instituições nacionais e o funcionamento de um sistema financeiro internacional são antagônicos. Caberia ao G-20 pavimentar o caminho para um diálogo mais aberto sobre novas formas de trabalhar esse relacionamento de maneira positiva, especialmente para aqueles menos desenvolvidos. A parceira com outros países do Sul menos atingidos pela crise, para os países africanos, forneceria-lhes mais voz nos fóruns financeiros internacionais. Considerando que essa tem sido parte fundamental do discurso brasileiro, voltamos ao desafio posto pela conjuntura.

Que normas se consolidarão com a possível articulação do Brasil em fóruns como G-20 e FMI, com esse “redesenho” da governança global a partir da maior expressividade de países como Brasil, Índia, China?

Definimo-nos como país, em relação aos regimes internacionais, criticando regimes que “congelam o poder mundial” ou adiantam apenas interesse dos grandes. A reforma da ordem internacional de maneira mais justa e favorável aos pequenos e menos desenvolvidos foi historicamente a nossa identificação primária. É assim que estamos agora nos envolvendo no G-20 e na resposta à crise global? Vai o Brasil usar sua posição vantajosa para tornar real modelos de cooperação que favoreçam o conjunto dos países com menos poder no sistema ou a “ascensão” vai significar uma reinterpretação “pragmática” do que é justiça e legitimidade para o Brasil na ordem internacional?

Referências

- SHEPHERD, Laura. “Power and Authority in the Production of United Nations Security Council Resolution 1325” in: *International Studies Quarterly*, no. 52. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, pp. 383-404.
- <http://www.g20.org>
- ALLAFRICA. *Africa: Continent Faces Up To Global Turmoil*. <http://allafrica.com/stories/200904300765.html>
- THE ECONOMIST. *Whom Can We Rely On?* http://www.economist.com/research/articlesBySubject/displaystory.cfm?subjectid=348915&story_id=13610801
- THE ECONOMIST. *Smooth Operators*. http://www.economist.com/research/articlesBySubject/displaystory.cfm?subjectid=348915&story_id=13665319
- THE ECONOMIST. *Mission: Possible*. http://www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=13447231

Izadora Xavier do Monte é Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB (izadora.x@gmail.com).

Gripe Suína: Saúde em destaque, por Heloíza Feltrin Bandeira & Victor de Oliveira Leite

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Em meio à ameaça de se aumentar o alerta da OMS para nível de pandemia (nível 6), a Influenza A (H1N1), em pouco mais de um mês, infectou acima de 10 mil pessoas e deixou cerca de 80 mortos. Com um potencial de transmissão fortemente alto, o vírus já está presente em todos os continentes - 41 países até o início da segunda quinzena de maio. Apesar da baixa letalidade do novo vírus, teme-se que ele sofra uma rápida mutação e eleve sua capacidade letal, o que poderia aumentar exponencialmente o número de vítimas da Influenza A.

Enfermidades como esta preocupam todo o planeta, trazem consequências não somente para a saúde da população mundial, mas também para a economia e política internacionais. A presente análise tem como objetivo central observar algumas dessas consequências, analisar a situação de interdependência atual como fator ao mesmo tempo negativo e positivo e verificar de que maneira epidemias contribuem para a formação de uma agenda global de discussão.

A correlação mais presente nos periódicos é a relação entre a Influenza A e a crise econômica pela qual o mundo atravessa. Dados do Banco Mundial de 2008 estimaram que uma pandemia de gripe aviária (Influenza (H5N1)) poderia custar US\$ 3 trilhões e resultar em uma queda de quase 5% do PIB mundial. A Influenza (H5N1) possuiu, em seu surto de 2005, uma letalidade de quase 55%, número muito superior ao que vem se observando com a Influenza A. Contudo, uma pandemia desta traria gastos e perdas semelhantes, uma vez que os cuidados e a busca por medicamentos eficazes se dão com, praticamente, mesma intensidade. ([mais...](#))

O Irã e sua Inserção Internacional, por Pio Penna Filho

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

O Irã é um dos países mais importantes do Oriente Médio e sua política de projeção de poder vem chamando a atenção da comunidade internacional já há alguns anos. No trigésimo aniversário da Revolução Iraniana, ocorrida em 1979, o Irã anunciou o lançamento do seu primeiro satélite desenvolvido com tecnologia própria. Sem dúvida nenhuma trata-se de um importante feito, ainda mais quando consideramos que os iranianos conseguiram desenvolver o satélite e promover o seu lançamento com um foguete também de fabricação própria, o Safir -2. Aliás, o ritmo de novidades tecnológicas do Irã parece, de fato, acelerado. Após o Safir-2 os iranianos já lançaram com sucesso o Sejil-2, um míssil balístico que utiliza combustível sólido e um sistema de navegação mais sofisticado, podendo atingir partes da Europa e bases norte-americanas próximas ou no Oriente Médio. Naturalmente, essas iniciativas certamente repercutem em termos de política externa e trazem consigo questões importantes para a segurança regional e internacional.

Desde a Revolução dos Aiatolás o regime iraniano desafia os Estados Unidos e persegue uma inserção regional e internacional mais autônoma, baseada nos seus interesses e com forte vinculação aos princípios fundamentalistas do seu processo revolucionário. No caso do Irã há, portanto, uma forte relação entre política e religião que não pode ser desprezada quando tentamos entender os fundamentos de sua inserção internacional e de sua política externa.

Como herdeiros do Império Persa, os iranianos são conhecidos por sua altivez e relativa coesão como estado-nação. Diferentemente do que muitos pensam, os iranianos, em sua maioria, não são árabes. O que o Irã tem mais em comum com a maior parte dos povos árabes é o islamismo, embora seja uma vertente diferente, conhecida como xiismo. Esse aspecto é importante porque é um dos elementos que impõem certas restrições para uma atuação mais dinâmica em seu contexto regional. [\(mais...\)](#)

Emergência Complexa no Sri Lanka: possibilidade de resolução ou perpetuação da violência?, por Adalgisa Bozi Soares

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

o dia 19 de maio de 2009, o presidente do Sri Lanka, Mahinda Rajapaksa, anunciou o fim da guerra civil que durou 26 anos. Os últimos e sangrentos capítulos da ofensiva armada foram assistidos por todo o mundo. As batalhas entre o exército oficial e os Tigres da Liberação do Tâmil Eelam (LTTE, na sigla em inglês) ocorreram em uma pequena faixa de poucos quilômetros quadrados ao norte da ilha, espremida entre uma lagoa e o oceano. No dia seguinte ao anúncio, foi decretado feriado nacional no país. No entanto, para grande parte da população ainda não há motivos para celebração. A guerra deixou um saldo de pelo menos 100.000 mortos, sendo mais de 8 mil nos últimos quatro meses, além de quase meio milhão de deslocados internos e uma população civil aterrorizada em função de décadas de violência. Esta análise se baseará no marco conceitual das 'emergências complexas' para criticar a 'abordagem de segurança' (*security approach*) dada à resolução do conflito, enfatizando os problemas decorrentes desta abordagem que dificultam a reconstrução e a conciliação da sociedade no pós-conflito.

As origens da guerra civil remontam ao período de dominação colonial inglesa, quando os cingaleses acusavam os britânicos de favorecer os tâmil, minoria na ilha. A independência, em 1948, não foi seguida pela luta armada entre os cingaleses e os tâmil, embora a crescente marginalização destes aumentasse as tensões na ilha. A primeira constituição do país trouxe a questão que, para muitos, é considerada o grande gatilho da deterioração das relações entre cingaleses e tâmil, a determinação de que o cingalês seria a única língua oficial no novo país. Em 1987 teve início a guerra civil, que começou com a guerra de guerrilha travada pelo LTTE e com a resposta do governo por meio de assassinatos e desaparecimento de tâmil. Ainda na fase inicial do conflito, o LTTE eliminou os demais grupos dissidentes, consolidando-se como o único grupo forte o suficiente para empreender a luta armada contra o governo central e controlar partes do território - o LTTE chegou a dominar um terço do território da ilha. ([mais...](#))

Um novo foco para a guerra contra o terrorismo?, por Diogo Mamoru Ide

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Já há alguns anos, é observado que, na fronteira entre Afeganistão e Paquistão, escondem-se membros de organizações fundamentalistas, tais como al-Qaeda e Talibã. De fato, a Guerra contra o Terror empreendida pelos EUA no Afeganistão no contexto pós-11 de setembro concorreu para a migração de tais grupos para as montanhosas regiões tribais paquistanesas, localizadas precisamente na fronteira com o Afeganistão, onde puderam reconstituir-se, fortalecer-se e dar retorno às suas atividades. Esse fortalecimento do Talibã na região também foi favorecido pela mudança de foco da doutrina Bush a partir de 2003, ano em que se teve início a Guerra no Iraque. Isto é, a situação, considerada estável no Afeganistão à época, abriu caminho para a ocupação no Iraque e para a destituição do regime de Saddam Hussein.

Contudo, o descontentamento da população iraquiana frente aos abusos cometidos, os altos gastos orçamentários decorrentes da guerra, o questionamento da legitimidade da ocupação perante a comunidade internacional e a reprovação crescente da opinião pública norte-americana em vista do grande número de perdas militares, entre outros fatores, revelaram a dificuldade em assumir o controle político do país. Enquanto os EUA e seus aliados enfrentavam uma difícil situação no Oriente Médio, os grupos que se refugiaram nas fronteiras entre o Afeganistão e o Paquistão retomaram suas atividades, expressas principalmente em atentados contra a população civil. Como resultado, ao final de 2008, o número de mortes no Afeganistão já superava o do Iraque. As tropas da OTAN apresentavam cada vez mais perdas (aumentando, portanto, a voz contrária à manutenção do apoio militar em meio à opinião pública de certos países europeus) e perdiam o controle de territórios outrora ocupados. Era premente uma nova reestruturação da luta contra o terrorismo.

Com a posse de Barack Obama, os EUA anunciaram a chamada *Afpak policy* (política Afeganistão-Paquistão), a qual deixou claro o retorno da ênfase ao Afeganistão como resposta ao fortalecimento de grupos fundamentalistas. Tal política fundamenta-se sobre um tratamento unificado em ambos os países a fim de se combater o terrorismo na região. ([mais...](#))

Evento - XVI Fórum Brasil-Europa

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) organiza o Fórum Brasil-Europa com o propósito de promover o diálogo e aprofundar as relações entre a União Europeia e seus parceiros o que é uma das prioridades do trabalho de cooperação internacional da Fundação. O evento acontecerá nos dias 16 e 17/06, no Senado Federal, Congresso Nacional, Brasília

O Fórum Brasil-Europa é um evento anual voltado a um tópico específico e idealizado com o objetivo de prover informações sobre o processo de integração europeu e o desenvolvimento institucional da União Europeia. Dessa maneira, busca-se discutir temas bilaterais e sobre o tema da integração, além de fortalecer a parceria entre a UE, o Brasil e o Mercosul.

Como é indicado pelo desenvolvimento das relações entre Brasil e UE, a agenda de diálogo se expandiu, abrangendo temas como imigração, desafios ambientais, disputas comerciais, intercâmbios acadêmicos e culturais, entre outros. Estas diferentes questões são de importância significativa em virtude de seu alto potencial e das oportunidades promissoras geradas para ambas as partes.

As eleições no Parlamento Europeu afetarão de diferentes formas o processo e as estratégias de formulação das políticas da União Europeia. Indo além, poderão alterar a postura da União no cenário internacional, criando oportunidades e novos desafios para a integração com seus parceiros, entre eles o Brasil. A presidência sueca, de maneira semelhante, terá um importante impacto nas relações bilaterais, trazendo novos temas e parâmetros para os futuros diálogos.

Neste ano, o XVI Fórum Brasil-Europa será organizado em parceria com o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia no Congresso Nacional e com o renomado Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). O evento também conta com o apoio da Delegação da Comissão Europeia no Brasil.

Consulte o [programa](#) e inscreva-se encaminhando um e-mail para adenauer-brasil@kas.de com nome, instituição, cargo, endereço e telefone.

Evento - Seminário “30 anos do parlamento Europeu (1979-2009)” - CEAM-UnB

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

<

O Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília - CEAM-UnB convida para o Seminário “30 anos do parlamento Europeu (1979-2009)” que será realizado nos dias 17 e 18 de junho, no Auditório da Reitoria, 3º andar, das 08h as 18h.

As inscrições poderão ser feitas entre os dias 25 de maio a 15 de junho, na Secretaria do Ceam ou pelo site www.ceam.unb.br

Informações adicionais podem ser obtidas diretamente na Secretaria do CEAM-UnB, pelo telefone 61 3349-6826 ou pelos e-mails ceam@unb.br e leci@unb.br.

Evento - O Brasil diante do Pré-Sal - Câmara dos Deputados

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

<

As recentes descobertas, no litoral brasileiro, de reservatórios de petróleo e gás natural abaixo de uma camada de sal tem gerado inúmeras expectativas quanto aos resultados promissores de sua exploração para o Brasil. O entusiasmo, no entanto, tem sido acompanhado de uma série de questionamentos sobre as possíveis formas de aproveitamento dessa riqueza mineral. Entre eles, os desafios tecnológicos inerentes à exploração, o modelo de gestão a ser adotado, e os impactos socioeconômicos e ambientais que a exploração enseja.

Sensíveis ao potencial estratégico das reservas do Pré-Sal para o desenvolvimento do País, a Comissão de Minas e Energia e o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica se aliam, em iniciativa conjunta, para trazer à reflexão da Casa e da sociedade brasileira aspectos relacionados ao marco legal vigente e possíveis alterações ao modelo atual.

Quatro painéis de discussão foram propostos para debater e acompanhar questões relacionadas ao tema. São eles: regimes de exploração e produção de petróleo e gás natural; modelo institucional e criação de uma empresa pública; os impactos econômicos e as fontes de financiamento; e propostas legislativas.

A discussão envolverá três eventos:

- Comissão Geral, dia 2 de junho, às 10h. no Plenário Ulysses Guimarães
- Seminário, dia 3 de junho, das 9 às 18h, no Auditório Nereu Ramos
- Lançamento do livro Os Desafios do Pré-Sal, no Foyer do Nereu, dia 3 de junho, às 14hs
- Exposição com empresas parceiras: Petrobrás, Onip, ANP e IBP, dia 3 de junho, no Foyer do Nereu.

[\(mais...\)](#)

Evento - Prêmio América do Sul 2009 - FUNAG-MRE

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

A Fundação Alexandre de Gusmão lança o Prêmio América do Sul, edição 2009, sobre o tema “Peru: Evolução Recente e Futura”. Serão selecionadas 3 (três) monografias, sendo que será pago ao 1º colocado o valor de R\$ 30.000,00, para o 2º o de R\$ 15.000,00 e para o 3º o de R\$ 10.000,00.

Somente poderão concorrer as monografias que forem recebidas pelo Setor de Protocolo da FUNAG até a data e horário mencionados no [Edital](#).

Informações adicionais podem ser obtidas pelos telefones (61) 3411-9136 e 3411-9143, ou diretamente no site da fundação, em www.funag.gov.br

<

p style="text-align:justify;">

Evento - Mesa Redonda “A nova política externa dos EUA e seus desdobramentos para a América do Sul” - GAPCON-UnB

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

O Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon), vinculado ao Centro de Estudos das Américas, da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, convida para a nova edição da mesa-redonda Conflitos em Debate, sobre o tema “A nova política externa dos EUA e seus desdobramentos para a América do Sul”, no dia 3 de junho de 2009, às 18h30. O evento terá lugar na Sala A1-04, no 1º andar do Prédio da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FACE), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília (Brasília/DF). O programa conta com a exposição do Sr. Stephen Liston, conselheiro político da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, bem como a participação do Prof. Dr. Eduardo Viola (Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília) e do Prof. Dr. Virgílio Arraes (Departamento de História, Universidade de Brasília). O evento é gratuito. Para participar, envie seu nome e instituição para o e-mail gapcongt1@gmail.com.

Chegada de Zuma ao poder: mudanças estruturais ou transformações simbólicas?, por Wilson Tadashi Muraki Junior & Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009


As mais recentes eleições parlamentares na África do Sul, que deram grande maioria das cadeiras no Parlamento ao partido Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), abriram caminho para a indicação de Jacob Zuma à Presidência do país. Figura altamente controversa, Zuma tem um passado político marcado por escândalos e turbulências. Além disso, as últimas eleições testemunharam a formalização de uma oposição política de maneira mais contundente desde o fim do regime de apartheid, ao mesmo tempo em que a rejeição de grande parte da população (principalmente branca e/ou de classe média-alta) pareceu mais evidente. Por outro lado, sua origem humilde e seu discurso populista são fatores que explicariam, em parte, o avassalador respaldo que sua Presidência parece receber por parte principalmente dos negros de classe baixa, que formam o maior grupo populacional da África do Sul. Nesse sentido, há indicativos de que a instabilidade política já existente possa ganhar força, comprometendo a confiabilidade econômica e democrática de que o país dispõe, além de fortalecer tensões étnico-raciais, nunca encerradas desde o fim do apartheid. Por outro lado, pode-se argumentar que há condicionantes que indicariam limitações à força política do novo Presidente e à manutenção dos principais eixos de política econômica e externa até agora seguidos, ou seja, ainda que a massa popular exija 'mudanças' e que Zuma prometa fazê-las, é de se esperar continuidade dos padrões pré-estabelecidos. ([mais...](#))

Sri Lanka: A guerra acabou, e agora?, por Izabela Pereira

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Agora começa outra, a chamada luta para construir a Paz, apelidada no jargão técnico de “Peacebuilding”. Contudo e apesar de provocar esperanças, a rara notícia de “fim de uma guerra” deve ser tomada com precaução antes de ser considerada um motivo para festejos e real resolução.

A mídia internacional relata com certo sensacionalismo o fim de duas décadas de conflito armado no Sri Lanka com a morte do líder guerrilheiro Prabhakaran e o anúncio de deposição das armas Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (*Liberation Tigers of Tamil Eelam -LTTE*) após uma ofensiva do governo.

O que acontece quando uma guerra acaba? Começa a era mais sensível onde tem que construir e reconstruir tudo. Na era do liberalismo democrático, os recentes casos demonstram um esforço da comunidade internacional em implementar um plano de ação teórico que a grosso modo se compõem da seguinte forma. Primeiramente, o esforço humanitário com a ajuda para os mais necessitados com água, comida e abrigo. No caso do Sri Lanka, dados das Nações Unidas estimam que só neste ano de 2009 mais de 6 500 pessoas morreram, 14 000 ficaram feridos e 250 000 estão refugiados. Apesar da grande dificuldade em contabilizar, os dados estatísticos estimam que desde o início, o conflito tenha provocado mais de 70 000 mortos numa população de 21 milhões submersos em um quadro de pobreza extrema. Apesar de 26 anos em conflito, as tensões aumentaram em 2005 após as eleições e quebra mútua de acordos de cesse-fogo desde 2003.  Em seguida vem o grupo desenvolvimentista que após o cesse das hostilidades armadas e a implementação de um acordo de paz, se mobilizarão esforços para o desarmamento e implementação de programas para a construção de um Estado democrático “livre e de direito” mediante eleições “limpas”. Em terceiro, o foco será para a reforma do setor de segurança, fortalecimento do setor judiciário, acesso à justiça, tratamento dos casos de violações aos direitos humanos, fortalecimento das instituições estatais, desenvolvimento econômico e reformas das políticas públicas para fortalecer a participação de uma “vibrante sociedade civil” nas tomadas de decisões. [\(mais...\)](#)

Boletim Meridiano 47 - No. 106 - Maio/2009

By | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

- A política externa e os representantes do povo, por José Flávio Sombra Saraiva
- Battisti: asilo ou refúgio, por Márcio Pinto Garcia
- Novas possibilidades para o consenso sobre a Segurança Hemisférica?, por Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos
- Cem Dias Sem Bush: O Partido Republicano, o Governo Obama e o Futuro, por Cristina Soreanu Pecequillo
- Brasil no G-20: diálogo entre agentes e estruturas na construção de uma potência emergente, por Izadora Xavier do Monte
- Estados Unidos: primeiras impressões da gestão de Obama, por Virgílio Arraes
- O Irã e sua Inserção Internacional, por Pio Penna Filho
- A crise interna do México e a Gripe Suína, por Pedro dos Santos de Borba
- Israel e Palestina: Níveis de Análise, por Victor de Oliveira Leite
- Chegada de Zuma ao poder: mudanças estruturais ou transformações simbólicas?, por Wilson Tadashi Muraki Junior & Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva
- Os Primeiros 100 dias de governo inclusivo no Zimbábue, por Xaman Korai Pinheiro Minillo
- O Governo Obama e a Questão Energética: Da Crise Financeira ao Etanol, por José Alexandre Altahyde Hage
- Emergência Complexa no Sri Lanka: possibilidade de resolução ou perpetuação da violência?, por Adalgisa Bozi Soares
- A França na encruzilhada das reformas, por Cláudio César Dutra de Souza
- Um novo foco para a guerra contra o terrorismo?, por Diogo Mamoru Ide
- A política indigenista da nova Constituição boliviana, por Evandro Farid Zago
- Relacionando o G-20 à governança global e à ordem mundial, por Heitor Figueiredo Sobral Torres
- Sri Lanka: A guerra acabou, e agora?, por Izabela Pereira
- Eleições 2009 na África do Sul: a chegada ao poder de Jacob Zuma, por Luíza Galiuzzi Schneider & Marcelo Mesquita Leal
- Gripe Suína: Saúde em destaque, por Heloíza Feltrin Bandeira & Victor de Oliveira Leite
- Resenha de Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais, de José Vicente Lessa, por Gabriel Fernandes Romero
- Resenha de "Russia Since 1980", de Steven Rosefield & Stefan Hedlund, por Alessandra Aparecida Luque

Acesse a edição completa em formato html - Boletim Meridiano 47 - No. 106 - [Maio/2009](#)

Acesse a edição completa em formato pdf - Boletim Meridiano 47 - No. 106 - [Maio/2009](#)

Boletim Mundorama No. 21 - Maio/2009

By Mundorama | Volume 3 - No. 21 - Maio - 2009

Tópicos

- [1 Artigos:](#)
- [2 Notícias de eventos:](#)

Artigos:

- A política externa e os representantes do povo, por José Flávio Sombra Saraiva
- Battisti: asilo ou refúgio, por Márcio Pinto Garcia
- Novas possibilidades para o consenso sobre a Segurança Hemisférica?, por Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos
- Cem Dias Sem Bush: O Partido Republicano, o Governo Obama e o Futuro, por Cristina Soreanu Pecequilo
- Brasil no G-20: diálogo entre agentes e estruturas na construção de uma potência emergente, por Izadora Xavier do Monte
- Estados Unidos: primeiras impressões da gestão de Obama, por Virgílio Arraes
- O Irã e sua Inserção Internacional, por Pio Penna Filho
- A crise interna do México e a Gripe Suína, por Pedro dos Santos de Borba
- Israel e Palestina: Níveis de Análise, por Victor de Oliveira Leite
- Chegada de Zuma ao poder: mudanças estruturais ou transformações simbólicas?, por Wilson Tadashi Muraki Junior & Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva
- Os Primeiros 100 dias de governo inclusivo no Zimbábue, por Xaman Korai Pinheiro Minillo
- O Governo Obama e a Questão Energética: Da Crise Financeira ao Etanol, por José Alexandre Altahyde Hage
- Emergência Complexa no Sri Lanka: possibilidade de resolução ou perpetuação da violência?, por Adalgisa Bozi Soares
- A França na encruzilhada das reformas, por Cláudio César Dutra de Souza
- Um novo foco para a guerra contra o terrorismo?, por Diogo Mamoru Ide
- A política indigenista da nova Constituição boliviana, por Evandro Farid Zago
- Relacionando o G-20 à governança global e à ordem mundial, por Heitor Figueiredo Sobral Torres
- Sri Lanka: A guerra acabou, e agora?, por Izabela Pereira
- Eleições 2009 na África do Sul: a chegada ao poder de Jacob Zuma, por Luíza Galiazzi Schneider & Marcelo Mesquita Leal
- Gripe Suína: Saúde em destaque, por Heloíza Feltrin Bandeira & Victor de Oliveira Leite
- Resenha do livro *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil, 1964-1985: violence politique, exil et accueil des Brésiliens en France, témoignages et documents*, organizado por Idelette Muzart dos Santos & Denis Rolland, por Antônio Carlos Lessa
- Resenha de *Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*, de José Vicente Lessa, por Gabriel Fernandes Romero
- Resenha de "Russia Since 1980", de Steven Rosefield & Stefan Hedlund, por Alessandra Aparecida Luque

Notícias de eventos:

- Evento - Mesa Redonda "A nova política externa dos EUA e seus desdobramentos para a América do Sul" - GAPCON-UnB
- Evento - Prêmio América do Sul 2009 - FUNAG-MRE
- Evento - O Brasil diante do Pré-Sal - Câmara dos Deputados
- Evento - Seminário "30 anos do parlamento Europeu (1979-2009)" - CEAM-UnB
- Evento - XVI Fórum Brasil-Europa

- Evento - Seminário “A Estratégia Internacional do Brasil - Investimentos, Serviços e Inovação na Agenda Externa”
- Evento - Revista Contexto Internacional - Campanha de Assinaturas
- Evento - XVI Fórum Brasil-Europa
- Evento - Americas Model United Nations 2009 - UnB
- Evento - Palestra “A Guerra Fria Global” - CERI-FGV-Rio
- Evento - Concurso para Professor Adjunto - UFPE
- Evento - Concurso para Professor Assistente Doutor - UNESP/Marília
- Evento - Chamada de Trabalhos - Fomerco 2009
- Evento - Junior Professional Fellows Program United Nations University New York Office (UNU-ONY)
- Evento - Palestra “Emerging Powers and Global Order” - CERI/FGV-Rio